

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: AS CONSEQUÊNCIAS QUE AS INTERVENÇÕES OCASIONAM NAS PARTURIENTES

OBSTETRIC VIOLENCE: THE CONSEQUENCES THAT INTERVENTIONS CAUSE IN PARTURIENTS

Lima, Tawany de Almeida¹
Pereira, Emily Soares²

RESUMO

O presente artigo discute sobre a violência obstétrica que sofrida por mulheres no pré-parto e parto, focando nas consequências que as intervenções ocasionam nestas parturientes. O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise e reflexão sobre a violência institucional obstétrica e apresentar as principais consequências encontradas nos artigos selecionados. Para tanto foi realizado estudo de revisão bibliográfico de forma narrativa que tem por objetivo trazer uma revisão atualizada do conhecimento estudado. Os artigos foram obtidos através de bases de dados eletrônicas como Lilacs, Scielo, Bireme e Pubmed, no período compreendido entre 2009 e 2019, sendo utilizados como descritores: parto, violência obstétrica, parturiente e obstetrícia. A partir de critérios de inclusão e exclusão, dezesseis publicações foram relacionadas ao estudo. A violência obstétrica está implantada com os serviços dispensados pelos profissionais de saúde, como a manobra de kristeller, a episiotomia, a medicalização durante o parto, e o cuidado no momento do nascimento devendo acontecer de forma respeitosa e, assim, enfrentar atos de violência. Desse modo, este artigo contribui para a ciência acerca das práticas desrespeitosas com a parturiente no momento da parturição.

Palavras-chave: Parto, Violência Obstétrica, Parturiente E Obstetrícia.

ABSTRACT

This article discusses about obstetric violence that is suffered by women in the pre-birth and birth, focusing on the consequences that interventions occasion in these parturients. The objective of this work was to perform an analysis and reflection about the obstetric institutional violence and report the main consequences found in related articles. Therefore, a bibliographical review study was done in a narrative way, which aims to bring an update review of the knowledge studied. The articles were obtained through electronic databases such as: Lilacs, Scielo, Bireme and Pubmed, in the period between 2009 and 2019, being used as descriptors: childbirth, obstetric violence, parturient and obstetrics. From inclusion and exclusion criteria, sixteen publications were related to the study. The obstetric violence is implemented with the services dispensed by health professionals, like a kristeller maneuver, the episiotomy, the medicalization during childbirth, and the care at birth should happen respectfully and thus face acts of violence. Thereby, this article contributes to the science about disrespectful practices with the parturient at the time of parturition.

Keywords: Childbirth, obstetric violence, parturient and obstetrics.

¹ Bacharel em Enfermagem. Discente do Programa de Pós-Graduação em Obstetrícia Multidisciplinar da FCV/Maxpós, Dourados-MS.

² Licenciatura em Ciências Biológicas. Mestre em Recursos Naturais - PGRN - UEMS. Docente no Programa de Pós-graduação em Obstetrícia Multidisciplinar da FCV/Maxpós, Dourados-MS.

INTRODUÇÃO

A maternidade é vista pelas mulheres como o começo de um novo ciclo, um fato que consagra a abrangência do papel feminino, ainda que grande parte das pacientes associe com dor intensa e sofrimento, sendo este um momento de grande perspectiva. Embora sendo fisiológico, o trabalho de parto pode sofrer interferências do estado emocional, da cultura, dos valores, da história da parturiente e de fatores ambientais (SILVA, et al., 2014).

A violência contra a mulher é um problema social que está em alta, podendo ela ser de todas as formas. É uma das infrações mais frequentes dos direitos humanos e constitui-se como um problema de saúde pública gerando altos custos econômicos e sociais. Este modelo de violência tem perdurado ao longo da história ganhando caráter endêmico na atualidade, estando presente independentemente da classe social, raça, idade, sexo ou religião (SAUAIA; SERRA, 2016).

A violência obstétrica é um tipo voltado a mulheres, tendo como característica ação agressiva ao corpo da mulher causando danos físicos ou psicológicos. Nos físicos citamos a privação alimentar e de movimentos, realização de manobras de Kristeller, uso da ocitocina rotineira, cesariana sem indicação, episiotomia e episiorrafia. Já as psicológicas acontecem através de agressões verbais e ameaças que afloram sentimentos angustiantes como inferioridade desenvolvendo medo e insegurança (SILVA; SILVA; ARAUJO, 2017).

A VO (violência obstétrica) incorpora as formas de violência e danos originados no cuidado dispensado por profissionais. Além de compor um terreno mal definido sujeito a discussões, valores e subjetividades diversas, a expressão indica um conjunto de ações, práticas e situações com sólido respaldo em uma estrutura de pesquisas acadêmicas que reconhecem objetividade, relevância e especificidade à mesma (SENA; TESSER, 2017).

Essas práticas não estão de acordo com o Movimento de Humanização da Assistência e as Evidências Científicas no campo obstétrico. Mesmo que reconhecido e preconizado o conceito de humanização do parto e nascimento por entidades como a OMS, a OPAS, o Ministério da Saúde (MS), o SUS, conselhos e associações da classe médica e de enfermagem, o parto é passível de compor ações violentas e desumanas que desrespeitam os direitos humanos e reprodutivos da mulher, caracterizando-se como violência obstétrica (RODRIGUES, et al., 2018).

O parto é um momento único e inesquecível na vida de uma mulher, devendo o cuidado pelos profissionais ser singular e pautado no protagonismo da mulher, sendo o mais natural e humano possível. O processo de parto é fisiológico e normal, necessitando em grande parte,

apenas de apoio, acolhimento, atenção, e o mais importem a humanização (ANDRADE; AGGIO, 2014).

Sendo assim este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a violência institucional obstétrica e apresentar as principais consequências que as intervenções ocasionam nas parturientes.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfico de forma narrativa, tendo como propósito de reunir informações sobre o tema, auxiliando nos fundamentos de um estudo significativo para a enfermagem.

Foi realizado pesquisa de artigos científicos na biblioteca virtual de saúde, utilizando a base de dados: Scielo, Pubmed, Lilacs, Bireme, tendo por definição o período de buscas de trabalhos publicados nos últimos dez anos.

Foram encontrados 2.810 artigos científicos, no período entre os anos de 2009 – 2019, sendo utilizados 16 publicações, sendo escolhidos artigos em português, disponíveis na integra para leitura e os quais se adequavam melhor ao tempo proposto. Os descritores empregados foram: Parto, Violência Obstétrica, Parturiente E Obstetrícia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestação é um período em que a mulher se encontra em um momento delicado de sua vida, uma vez que seu corpo sofre modificações para aceitar um ser em seu ventre, tendo também os fatores hormonais, nos quais podem dar a mulher uma sensação de inferioridade ou até mesmo depressão (SIPIÃO; VITAL, 2015).

Tendo em vista a prática de assistência ao parto mesmo com a participação de parteiras passou a ser visto como do médico e no século XX passa a predominar o parto hospitalar, especialmente após a Segunda Guerra Mundial com a intensificação do desenvolvimento industrial (LEISTER; RIESCO, 2013).

Além dos fatores internos e hormonais, temos também a violência que torna a mulher cada vez mais fragilizada e com sensação de impotência. Sendo, esta violência contra um gênero, ou seja, as mulheres, por razão de que apenas elas passam pela gestação (ZANARDO; URIBE;

NADAL; HABIGZANG, 2017).

A violência vivenciada pelas mulheres é manifestada em diversos espaços sociais e de formas distintas, ocasionando importante sofrimento psíquico que é ainda pouco valorizado pelos serviços de saúde (BARBOZA; MOTA, 2016).

De acordo com a Defensoria Pública de São Paulo (2013, p. 1) violência obstétrica é definida como:

A apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres por profissionais da saúde, por meio de tratamento desumanizado, abuso de medicalização e patologização dos processos naturais. Causa, assim, a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos impactando na sexualidade e negativamente na qualidade de vida das mulheres (Defensoria Pública de São Paulo (2013, p.1).

Tendo em vista com esta colocação podemos dizer que a violência obstétrica está relacionada na violência de gênero, sendo caracteriza assim pela incidência de atos violentos em função do gênero a qual as pessoas sejam envolvidas, ou seja, existe a violência porque alguém é homem ou mulher (KHOURI, 2012).

Os obstetras denominam direção ativa do parto, onde todos os procedimentos são comandados por ele, sendo obrigação da paciente colaborar com o profissional, precisando seguir suas regras, onde o momento deveria ser apenas dela, ficando assim entregues a profissionais que não as conhecem, fazendo-as acreditar nele do que em sua própria capacidade (ZASCIURINSKI, 2015).

Os tipos de violência de parto que ocorrem no parto propriamente dito dividem-se em quatro categorias: verbal ou psicológica com ameaças, reprimendas, tratamento grosseiro com paciente, a violência física com o uso de não realizar analgesia quando necessária, a própria negligência e a violência sexual, sendo estas práticas construções e fundamentações que o parto seja um momento traumático e doloroso, causando angustia e ansiedade nas mulheres (RATTNER, 2009).

Caracteriza-se também caracterizada pela negação de atendimento a paciente, comentários inapropriados, cesáreas sem indicação, uso de ocitocina sintética, realizar manobras como Kristeller para adiantar parto. Assim, a hospitalização e a medicalização tiraram das mulheres a capacidade de realizar seu próprio parto (ZASCIURINSKI, 2015).

Existem circunstâncias que suprimem o bem-estar da parturiente como a realização de tricotomia, realização de flettenema, realização do toque vaginal diversas vezes e por diferentes

profissionais, imobilização posição horizontal durante o trabalho de parto, administração de ocitocina sintética, utilizada para acelerar o trabalho de parto, episiotomia (PEREIRA, et al., 2016).

Ainda que a assistência humanizada à mulher faça parte de programa do Ministério da Saúde desde 2016, observa-se o despreparo, negligência e imperícia no exercício de profissionais da obstetrícia, sejam médicos, enfermeiros, enfermeiros obstetras ou técnicos/auxiliares de enfermagem, levando a inúmeras violências obstétricas vivenciadas e presenciadas em suas rotinas de trabalho (BICEGLI, et al., 2015).

O cuidado obstétrico fundamentado nas evidências é o qual se oferta assistência, apoio e proteção a paciente, proporcionando o mínimo de intervenções. Analisando estas temáticas, foi observado o total despreparo, negligência e imperícia por parte dos profissionais que dispensam este tipo de serviço, sejam eles enfermeiros, médicos, técnicos ou auxiliares de enfermagem. Assim, nos fazendo pensar sobre como estão sendo formados estes profissionais.

Os autores acima citados findam a expressão violência obstétrica, caracterizando com ações como maus tratos físicos, psicológicos e verbais, assim como também as intervenções desnecessárias como manobra de kristeller, episiotomia e episiorrafia, uso de ocitocina sintética de forma rotineira, privação de acompanhante, restrição ao leito no pré-parto e até mesmo a tricotomia.

Assim sendo, as agressões que são cometidas, para os profissionais se tornou algo comum, sendo cometida sem nenhum receio de serem penalizados. É constrangedor para a parturiente a indução da tricotomia na presença de outras pessoas, o toque vaginal repetido, o flettenema sem indicação, estas e até mesmo outras agressões ocasionam consequências sentimentais por toda vida desta mulher.

A violência obstétrica causada por profissionais da área da saúde, se caracteriza pela negligência, abuso do poder, humilhações, maus tratos tanto físicos como psicológicos, tendo em vista que a mesma não tem ciência dos seus direitos. A VO (violência obstétrica) sofrida durante da gestação causa ao estado psíquico da paciente diversos transtornos emocionais, evidenciado a isso pode-se observar nos artigos a incidência de mulheres com sentimentos angustiantes de hospitais.

Mas a assistência obstétrica sem respaldo científico, agressiva e que viola os direitos humanos das mulheres está ligada ao modelo de parto vigente, que é alimentado por um sistema de formação e de saúde falhos, que não realizam fiscalizações nas instituições, mesmo os indicadores de saúde materna e neonatal divergindo dos recomendados da ciência e de órgãos regulamentadores.

CONCLUSÃO

A violência obstétrica pode acontecer de diversas formas no trabalho de parto e parto, desde a falta de informação a paciente até a realização de procedimentos sem o consentimento da mesma, impedindo-a de demonstrar seus sentimentos durante o processo de parturição.

Salienta-se que a violência obstétrica é pouco conhecida como um ato violento, porque no momento que ela acontece, as mulheres vivenciam experiências e emoções que as calam, sendo de suma importância a abordagem e orientações a estas mulheres quanto aos seus direitos durante a gestação, parto e pós-parto, principalmente em consultas de pré-natal, onde são abordados vários temas e podem ser sanadas quaisquer dúvidas, podendo assim instruí-la quanto a tomada de decisões referente ao seu corpo, informando-a que possa argumentar e denunciar situações de falta de respeito.

Fazendo-se necessária assim a realização de pesquisas que empoderem a mulher por meio do conhecimento a respeito da violência obstétrica, não oferecendo a elas apenas o poder de escolha, mas também garantindo o seu direito legal.

Por fim este estudo teve por finalidade divulgar os sentimentos sofridos por mulheres sofridos por mulheres que foram vítimas de violência obstétrica, visando promover a sensibilização dos profissionais da saúde para buscar a melhoria no atendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, B. P.; AGGIO, C. M.; **Violência obstétrica: a dor que cala**. In SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, ISSN 2177-8248, 2014. Londrina/PR. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf>. Acesso em: 25 de jun. 2019.

BARBOZA, L. P.; MOTA, A.; **Violência obstétrica vivências de sofrimento entre gestantes do Brasil**. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde. Salvador/BA, v. 5, n. 1, p.119-129, 2016.

BISCEGLI, T. S.; GRIO, J. M.; MELLES, L. C.; RIBEIRO, S. R. M. I.; GONSAGA, A. T.; **Violência obstétrica: perfil assistencial de uma maternidade escola do interior do estado de São Paulo**. Cuidarte Enfermagem. Catanduva/SP, v. 9, n. 1, p. 18-25, 2015.

KHOURI, J. N.; **Considerações sobre a violência de gênero e violência doméstica contra a mulher.** Jus Brasil, 2012. Disponível em: <<https://dp-mt.jusbrasil.com.br/noticias/3021506/artigo-consideracoes-sobre-a-violencia-de-genero-e-violencia-domestica-contr-a-mulher>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

LEISTER, N.; RIESCO, M. L. G.; **Assistência ao parto: história oral de mulheres que deram à luz nas décadas de 1940 a 1980.** Texto contexto enfermagem. Florianópolis/SC, v. 22, n. 1, p. 166-174, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n1/pt_20.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

PEREIRA, J. S.; SILVA, J. C. O.; BORGES, N. A.; RIBEIRO, M. M. G.; AUAREK, L. J.; SOUZA, J. H. K.; **Violência obstétrica: ofensa à dignidade humana.** Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, v. 15, n. 1, p. 103-108, 2016.

RATTNER, D.; **Humanização na atenção a nascimentos e partos: ponderações sobre políticas públicas.** Interface, comunicação saúde educação. v. 13, n. 1, p. 759-768, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v13s1/a27v13s1.pdf>> Acesso em 05 jul. 2019.

RODRIGUES, D. P.; ALVES, V. H.; VIEIRA, R. S.; LEÃO, D, C, M, R.; PAULA, E.; PIMENTEL, M. M.; **A violência obstétrica no contexto do parto e nascimento.** Revista de Enfermagem UFPE online. Recife. v.12, n.1, p. 236-246, 2018.

SÃO PAULO. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Cartilha: **Violência Obstétrica: você sabe o que é?** Disponível em: < <http://www.sentidosdonascer.org/wordpress/wp-content/themes/sentidos-do-nascer/assets/pdf/controversias/Violencia-obstetrica.pdf>> Acesso em 05 jun. 2019.

SAUAIA, A. S. S.; SERRA, M. C. M.; **Uma dor além do parto: violência obstétrica em foco.** Revista de Direitos Humanos e Efetividade. Brasília, v. 2, n. 1, p. 128 – 147, 2016.

SENNA, L. M.; TESSER, C. D.; **Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães.** Interface, comunicação saúde educação. v. 21, n. 60, p. 209-220, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v21n60/1807-5762-icse-1807-576220150896.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2019.

SILVA, M. G.; MARCELINO, M. C.; RODRIGUES, L. S. P.; TORO, R. C.; SHIMO, A. K. K.; **Violência obstétrica na visão de enfermeiros obstetras**. Revista Rena. v.15, n. 4, p. 820-828, 2014.

SILVA, F. M.; SILVA, M. L.; ARAÚJO, F. N. F.; **Sentimentos causados pela violência obstétrica em mulheres de município do nordeste brasileiro**. Revista Prevenção de Infecção e Saúde (REPIS). Campina Grande/PB, v.3, n.4, p. 25-34, 2017.

SIPIÃO, J. P.; VITAL, B. V. C.; **Violência obstétrica: o silêncio dos inocentes**. In: ENCONTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO. **Anais...** Sobral/CE. Faculdade Luciano Feijão. Setor de Publicações, novembro 2015. p. 1-12. Disponível em: <https://flucianofejao.com.br/novo/wp-content/uploads/2016/11/VIOLENCIA_OBSTETRICA_O_SILENCIO_DAS_INOCENTES.pdf>. Acesso em 02 jul. 2019.

ZANARDO, G. L. P.; URIBE, M. C.; NADAL, A. H. R.; HABIGZANG, L. F.; **Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa**. Psicologia e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, v.29, p. 1-11, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e155043.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2019.

ZASCIURINSKI, J. M.; **Violência obstétrica: uma contribuição para o debate acerca do empoderamento feminino**. 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/violencia-obstetrica_juliana-miranda.pdf>. Acesso em 02 jul. 2019.